

# Carta ao Presidente do IBGE

## C/C para o Conselho Diretor

Hoje, 28 de março, é um dia de luta dos trabalhadores do IBGE, em razão de diversos descontentamentos apontados em nosso cotidiano. Desde que V.Sa. assumiu, não está claro o seu papel na instituição. Parece-nos muito mais voltado à autopropaganda e defesa do governo atual, que ao fortalecimento da instituição como um órgão do Estado brasileiro e sua defesa. Senão vejamos:

**1 – Carreira** – havia uma negociação sendo realizada com o governo anterior e com a alteração na SRT/MPOG, reiniciou o processo de conversas, que foi emperrado em razão de que esta secretaria nos comunicou que o Presidente do IBGE afirmou desconhecer a proposta e que ainda tomaria conhecimento e verificaria se estava ou não de acordo, ou seja, desrespeitou a categoria e um trabalho institucional, com comissão paritária e longos debates até o acordo firmado em dezembro de 2014. Isso desaponta os servidores e frustra as expectativas de longos anos de promessa e de entraves a cerca de questões que atingem a instituição e os servidores, que se arrastam desde 2006, quando fomos alterados para uma carreira própria e tivemos perdas de direitos e alterações as quais discordávamos; Queremos que esta presidência apoie e faça gestão junto ao governo para implantar integralmente a proposta;

**2 – Concursos** – esta presidência demorou demais para solicitar os 50% das vagas do concurso, uma situação dramática de falta de pessoal na instituição, levando a que até agora não tenhamos perspectivas destes trabalhadores poderem vir amenizar a situação da falta de pessoal e aposentadoria constantes; Queremos que esta presidência lute por substituir a mão de obra temporária por trabalhadores do quadro efetivo, para que possamos ter perspectivas na formação e treinamento continuado na casa; Hoje possuímos 5.572 servidores em atividade, 4252 temporários e 7239 aposentados. Considerando que o número de temporários diminuiu no ano passado e neste, em razão de finalização de contratos e que teremos novas contratações para dar conta dos trabalhos, o senhor sabe que este número ficará maior ou próximo dos efetivos e que as aposentadorias crescem a cada dia mais, pois mais de 30 % do pessoal ativo, já pode se aposentar.

**3 – Falta de pessoal e aposentadorias** – quando esta presidência cria barreiras para a carreira, não dá perspectiva para que os concursados e aposentáveis queiram permanecer no IBGE; A ASSIBGE ganhou ação de integralidade da GDACT (carreira de C&T de 1993 a 2006), da qual fomos retirados e o DAPIBGE ganhou ação de 90% da GDIBGE a todos os aposentados. É do nosso interesse firmar com o governo a consolidação deste ganho, para integralizar a nossa gratificação na aposentadoria, consagrando um direito ganho em ações e tranquilizar os que, mesmo que estejam em condições de aposentar, possam permanecer. Então, diante do atual quadro de ajuste fiscal e de congelamento de recursos públicos, que esta presidência apoia, perguntamos: qual a estratégia desta presidência para assegurar concursados, reter os atuais concursados e quadro antigo, diante do crescimento das aposentadorias e precarização?

**4 – Desmonte do setor de cartografia** - A Cartografia do IBGE sempre foi uma área de ponta com um corpo técnico altamente qualificada e tecnologicamente atualizada. A produção cartográfica se assentada na força de trabalho da carreira de nível

intermediário. Desde a década de 80 não há reposição desta força de trabalho. As únicas contratações ocorreram na carreira de nível superior. Este fato conduziu a uma diminuição da produção de forma contínua. Hoje, 90% desta força de trabalho esta apta a aposentar-se. Alguns funcionários estão no limite da expulsória. Consequência: o IBGE esta extinguindo a produção cartográfica, sem técnicos, sem produção. No último mês uma área técnica de alto grau de especialização, a Restituição Cartográfica, foi extinta, o último técnico especialista em trabalhos tridimensional esta se aposentando. Na década de 90 o número de especialistas nesta atividade passavam de 30. Qual o projeto do IBGE para a cartografia?

**5 – Situação dos prédios do Rio de Janeiro** – esta presidência tomou uma decisão, sem consultar os trabalhadores e totalmente contraditória com o que prega de ajuste fiscal, propondo alugar um único prédio para os departamentos do IBGE, no Rio de Janeiro, por 10 anos, com 300 garagens e banheiros privativos para diretores. Esta presidência parece desconhecer que os prédios da Sede, Canabarro, Lucas e Ence são próprios e somente o prédio da Avenida Chile tem desembolsado mais de um milhão e meio por mês, o que daria para comprar diversos prédios, nestes mais de 20 anos de ocupação da unidade Chile. E estranhamente, quando a proposta da diretoria anterior - que ficou congelada – era de construir ou comprar um prédio, em troca dos atuais imóveis próprios, esta presidência não dá satisfação a categoria, que há anos trabalha nos respectivos prédios e simplesmente licita e quer tomar decisões que envolvem vidas, profissionais, esquemas de vida e dinheiro público. Qual a lógica desta matemática, que ninguém consegue compreender?

Porque o prédio da Unidade Estadual do Rio de Janeiro está ao deus-dará desde o ano passado, quando apresentou problemas com os elevadores, e depois também em razão das águas subterrâneas que emergem nas chuvas que por pouco atinge a casa de máquinas, do auditório onde, no ano passado, ocorreu estouro de canos causando destruição de um local onde se realizam treinamentos e reuniões para a nossa unidade e outras, da falta de pintura e manutenção das paredes, hidrantes e equipamentos de incêndio. Por que até hoje não foram executadas essas obras?

Queremos uma discussão democrática sobre o assunto que envolve mudanças de prédios e dinheiro público e propomos uma comissão para estudar a perspectiva em prédio próprio, para não colocar o IBGE vulnerável em termos de espaço de trabalho e recursos para sua permanência;

**6 – Saúde** – Qual a política de saúde, diante da ausência de profissionais desta área (médicos (as), psicólogos (as), assistentes sociais, que pediram aposentadoria coletiva por não suportar uma política de desmonte e desrespeito com elas). O que será feito efetivamente, além de cartas de intenção e projetos teóricos a favor dos funcionários e para que colegas não morram por falta de um atendimento emergencial, como ocorreu na sede e em Lucas?

**7 – Sobre o uso de informações do IBGE e divulgações improcedentes** – queremos que esta presidência se posicione claramente e por escrito, sobre as declarações do Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), que afirmou durante a votação do impeachment da Presidente Dilma, que o senhor teria lido dito que os dados de desemprego foram maquiados na PNAD contínua, para beneficiar o governo dela e o mesmo Senador, falou isso por duas ocasiões e afirmou que esteve com esta presidência e que o senhor prometeu corrigir a metodologia; Queremos que esta presidência se posicione claramente e por escrito sobre as declarações do Presidente do

INSS, Leonardo de Melo Gadelha, de que o INSS e IBGE formalizarão um grupo de trabalho que terá a missão de viabilizar o compartilhamento de dados entre os institutos. Queremos que o senhor se posicione por escrito sobre suas declarações de que o “IBGE não é adolescente para viver de mesada”, esta presidência está sugerindo alterar a configuração pública do IBGE? Queremos que esta presidência se posicione por escrito quando afirma que se afastar para estudo, especialização, mestrado e doutorado é “spa intelectual”; O que está embutido nesta declaração, o desprezo ao conhecimento e ao estudo?

**8 – Mudança do Regimento Interno** - conforme estabelecido no Decreto nº 8.952 de 9 de janeiro de 2017, falta transparência nesta discussão. Os trabalhadores da instituição tem que ser informados, já que influencia diretamente nos processos de trabalho, que podem ter como consequência mudanças de atividades. Isso será debatido nas áreas? Ou ficará restrito no âmbito do Conselho Diretor? Pensar uma instituição pública em 2017, deveria pressupor discussões democráticas a cerca de mudanças e alterações.

Solicitamos uma resposta as nossas indagações e propostas, visto que precisamos de um Presidente comprometido com a instituição, presente no cotidiano, discreto e que ouça a representação dos trabalhadores, que propicie treinamentos e capacitação presenciais continuadas; que democratize a instituição no sentido de dar total transparência a reuniões que tenha participado com diversas autoridades parlamentares, governadores ou empresariais; na explicação pormenorizada dos objetivos da frente parlamentar Gema; que realize um congresso institucional, com discussão em cada local de trabalho para planejar o IBGE e que não tome decisões de cúpula ou pessoais que afetam o destino e os rumos de um órgão público de mais de 80 anos.

**Assinam os representantes da ASSIBGE-SN e dos núcleos sindicais do Rio de Janeiro.**